

# A dialética entre a agricultura científico-globalizada e as pequenas cidades do baixo Rio Mearim no Maranhão

## The dialectic between scientific-globalized agriculture and small towns in the lower Mearim River in Maranhão state

## La dialéctica entre la agricultura científico-globalizada y las pequeñas ciudades del bajo Río Mearim en Maranhão



**Willian Carboni Viana**

Instituto Federal do Acre (IFAC), Rio Branco, Acre, Brasil e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

[willian.geografiahumana@gmail.com](mailto:willian.geografiahumana@gmail.com)



**Ademir Terra**

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, Maranhão, Brasil

[ademir.terra@professor.uema.br](mailto:ademir.terra@professor.uema.br)

**Resumo** A partir dos anos 1960, a intensificação dos processos de modernização no meio agrário desencadeou uma série de transformações nas cidades brasileiras. Direcionada à produção agrícola impulsionada pelo avanço do capitalismo sobre o campo, a renovação tecnológica destacou o crescimento econômico com base na exportação. Por outro lado, foi responsável pela desruralização e pela expansão urbana desordenada, entre outros problemas a ela associados. Este artigo propõe analisar as principais mudanças ocorridas, em decorrência da modernização, nos espaços de duas pequenas cidades situadas no baixo curso do rio Mearim e adjacências, no estado do Maranhão. Buscou-se contextualizar a história da posse e propriedade da terra, discutir as dinâmicas territoriais e apresentar as

condições mais recentes dos seus meios urbanos. A base investigativa partiu da abordagem qualitativa, tendo como procedimento metodológico o estudo de caso. Como resultado, verificou-se que o abandono do campo não só ampliou o espaço urbano dos núcleos de povoamentos existentes, como também intensificou a ocupação em outras pequenas vilas, convertendo-as em cidades, sendo possível identificar as tendências migratórias, principalmente após 1980. Nos últimos vinte anos, a ocupação deu lugar à especulação imobiliária, com o encarecimento dos lotes nas áreas centrais das cidades, dificultando o acesso à terra para a população de baixa renda. Transformações nas dinâmicas territoriais foram igualmente observadas, com o novo modal rodoviário que, junto das ferrovias, substituiu as históricas vias fluviais de circulação e se configurou integrado ao enquadramento mais atual de produção, capital e mobilidade.

**Palavras-Chave:** desigualdade socioespacial; modernização; industrialização; cidades pequenas.

**Abstract** From the 1960s onwards, the intensification of modernization processes in the agricultural sector triggered a series of transformations in Brazilian cities. Based on agricultural production driven by the advancement of capitalism in rural areas, technological renewal fostered economic growth focused on exports. On the other hand, due to its conservative nature, it led to rural depopulation and uncontrolled urban expansion, among other associated problems. This text aims to analyze the main changes that occurred because of modernization in the spaces of two small cities located in the lower course of the Mearim River and surrounding areas, in the state of Maranhão (Northeast Brazil). The goal was to contextualize the history of land ownership and property, discuss general territorial dynamics, and present the most recent conditions of their urban environments. The investigative foundation relied on a qualitative, materialistic, and dialectical approach, with the specific methodology of a case study in two selected areas. In the studied cases, the rural exodus expanded the urban space continuously from existing settlements and intensified the occupation of other small villages, turning them into cities, especially after 1980, besides identifying migratory trends. In the last 20 years, urbanization has given way to real estate speculation, resulting in higher prices for lots in central areas and difficulties in land access for the low-income population. With regard to the transformations, the territorial dynamics, the new road transportation system, along with railways, replaced the historical river routes of circulation and became integrated into the current framework of production, capital, and mobility.

**Keywords:** socio-spatial inequality; modernization; industrialization; small city.

**Resumen** A partir de los años 1960, la intensificación de los procesos de modernización en el ámbito agrario desencadenó una serie de transformaciones en las ciudades brasileñas. Basada en la producción agrícola a través del avance del capitalismo en el campo, la renovación

tecnológica destacó el crecimiento económico orientado hacia la exportación. Por otro lado, debido a su naturaleza conservadora, fue responsable de la des-ruralización y la expansión urbana desordenada, entre otros problemas asociados. Este texto tiene como objetivo analizar los principales cambios ocurridos como resultado de la modernización en los espacios de dos pequeñas ciudades ubicadas en la parte baja del río Mearim y sus alrededores, en el estado de Maranhão (Nordeste de Brasil). Se buscó contextualizar la historia de la tenencia y propiedad de la tierra, discutir las dinámicas territoriales y presentar las condiciones más recientes de sus entornos urbanos. El enfoque de investigación se basó en un enfoque cualitativo, con el estudio de caso como procedimiento metodológico. Como resultado, se observó que la migración del campo amplió el espacio urbano a partir de los núcleos de población existentes y aumentó la ocupación en otras pequeñas villas, convirtiéndolas en ciudades, lo que permitió identificar las tendencias migratorias, principalmente después de 1980. En los últimos 20 años, la ocupación ha estado impulsada por la especulación inmobiliaria, con el encarecimiento de los terrenos en las partes centrales y dificultades de acceso a la tierra por parte de la población de bajos ingresos. En cuanto a las transformaciones en las dinámicas territoriales, el nuevo transporte por carretera, junto con los ferrocarriles, ha reemplazado las históricas vías fluviales de circulación y se ha configurado como parte integrante del marco actual de producción, capital y movilidad.

**Palabras clave:** desigualdad socio-espacial; industrialización; modernización; pequeña ciudad.

## Introdução

O fenômeno urbano tem sido tratado como um dos objetos centrais da Geografia desde o final do século XIX. Porém, apenas a partir da metade do século XX é que vem sendo analisado sob um enfoque crítico. Desde então, foram agregadas novas perspectivas aos debates geográficos, sobretudo a partir de questionamentos sobre as desigualdades socioespaciais e as relações de poder historicamente estabelecidas.

Na Geografia, a cidade é um fenômeno de estudo multidimensional e complexo, que requer análises integradas de seus aspectos, incluindo ambientes físicos, sociais, culturais e econômicos. É essa abordagem que permite observar, a priori, se ocorre a permanência de modos de habitação, passando pela integridade das moradias quanto aos serviços existentes, e a especulação imobiliária. Possibilita, igualmente, o entendimento de como se atrelam os novos modelos de acumulação que estabelecem o imaginário social global e refletem a etapa avançada no sistema societário capitalista (Viana; Queiroz, 2023).

A partir de meados do século XX, a intensificação dos processos de industrialização e modernização aceleraram a urbanização, incorrendo na redistribuição espacial da população. Os referidos processos e as dinâmicas por eles engendradas contribuíram para as reconfigurações territoriais das cidades, quer fossem grandes, médias ou pequenas (Baeninger, 1996).

Nas pequenas cidades, onde o esvaziamento do campo concorreu para a expansão urbana, os impactos foram sentidos pela falta de planejamento. Crescimento desordenado, ocupações em áreas de risco, bairros de disputa, desemprego e aumento da criminalidade são alguns exemplos das adversidades que implicaram os aspectos “econômicos, sociais, ambientais e culturais” (Mingioni, 1996, p. 783), espelhando a territorialização de uma massa de mão de obra marginalizada nos modos de produção.

Algumas das condições negativas que afetam a vida de muitos cidadãos são inerentes aos processos históricos de assentamento. Envolve circunstâncias que precisam ser reconhecidas, criticadas à

luz das intencionalidades de controle do poder e discutidas entre os moradores das cidades e os governantes, a fim de rever paradigmas de uso e ocupação do solo.

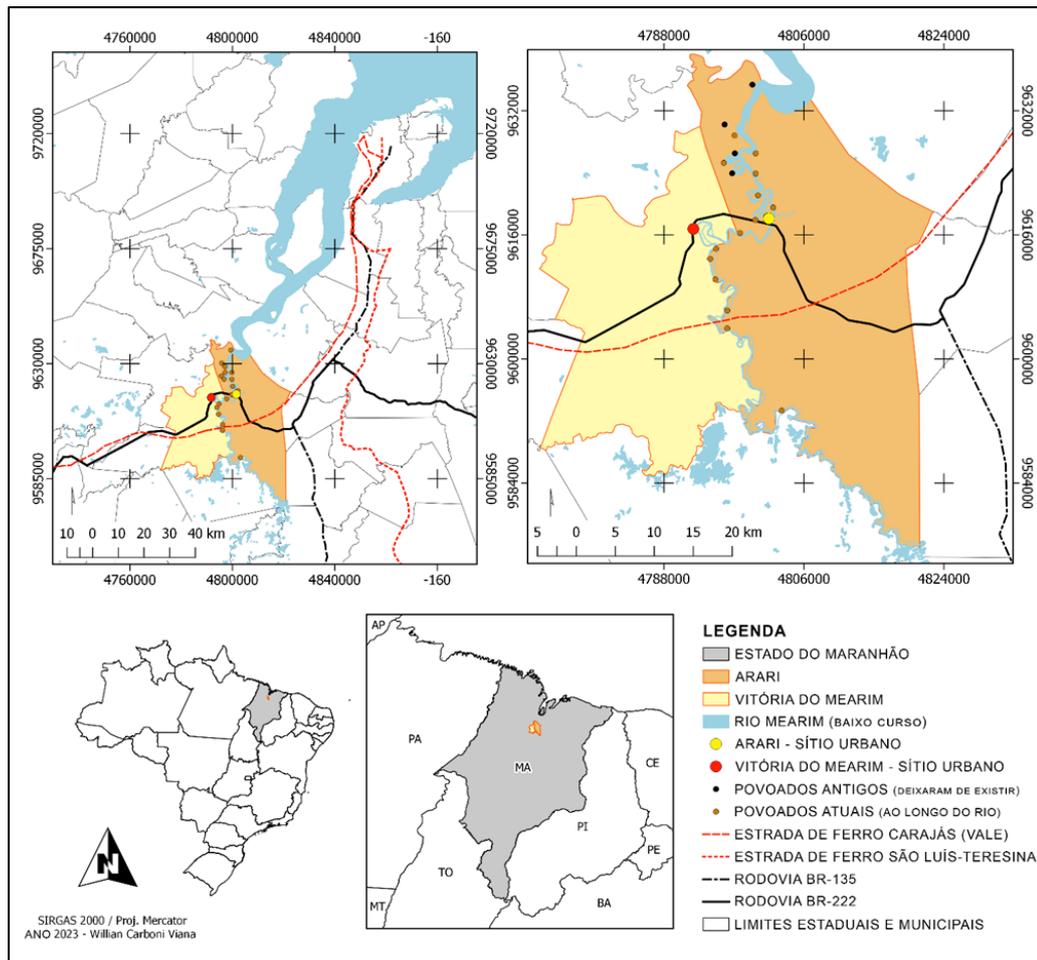
A concentração de muitos habitantes em áreas carentes de condições dignas de moradia deriva, em grande parte, dos entraves postos na ordem do dia pela sistematização do domínio territorial. Há que se admitir a apropriação, pelos mais favorecidos, das melhores parcelas da cidade, com maiores atrativos para habitação e circulação, bem como opções de segurança e oferta de serviços e equipamentos etc.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo a compreensão do espaço urbano dos municípios de Arari e de Vitória do Mearim, bem como suas adjacências, no baixo curso do rio Mearim, no Maranhão. Para isso, foram examinadas as influências da modernização-industrialização e analisadas questões que envolvem o esvaziamento do campo, o crescimento das manchas urbanas e as ocupações recentes nas cidades.

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, com base investigativa que se aproxima da abordagem qualitativa, tendo o estudo de caso como procedimento metodológico. A pesquisa qualitativa é um instrumento que prioriza os atributos subjetivos dos fenômenos estudados, e o estudo de caso contribui para a compreensão das dinâmicas dos processos neles envolvidos (Godoy, 1995; Macedo, 2004).

Os recortes estudados são os municípios de Arari e de Vitória do Mearim, localizados na macrorregião norte do estado do Maranhão, nas regiões intermediária de São Luís e imediata de Viana (IBGE, 2017). Seus sítios urbanos, onde ocorre o aprofundamento empírico, podem ser acessados pela rodovia BR-222, distantes a cerca de 165 km da capital estadual, São Luís (Figura 1). Em relação à dimensão temporal, o texto busca contextualizar o tempo hodierno em continuidade ao período colonial, mas com destaque para os acontecimentos a partir da segunda metade do século XX.

Figura 1: Enquadramento geográfico da área de estudo



Fonte: Autoria própria, a partir da base cartográfica do IBGE

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados abrangeram fontes secundárias e primárias de pesquisa. No que se refere à revisão bibliográfica, foram consultadas produções textuais de autores que discutem o território em relação aos enquadramentos da reprodução do capital, como Milton Santos, Rogério Haesbaert e outros cientistas consagrados; para a problematização da cidade, relacional, alargada e diversificada, utilizaram-se pesquisadores como Roberto Lobato Corrêa e Rosana Baeninger.

Para a caracterização dos processos urbanos regionalizados, examinaram-se arquivos públicos e privados, artigos publicados em periódicos, livros, imprensa e bases de dados, fundamentalmente, as disponibilizadas nos recenseamentos. Incluem-se, ainda, a revisão de literatura relevante, documentos históricos e estatísticas, a fim de

contextualizar as observações e complementar os dados coletados em campo.

Os trabalhos de campo ocorreram entre março e maio de 2021, durante o período chuvoso do ano, para permitir uma melhor visualização das reais condições. Foram realizadas visitas de reconhecimento tanto nos centros das cidades quanto nas zonas periféricas, consideradas áreas críticas de habitação. No município de Vitória do Mearim, as localidades observadas foram o centro e o bairro Novo. Já em Arari, além do centro da cidade, os bairros visitados foram Tamarindeiro e Conjunto Habitar Brasil, nos quais se encontram os pontos mais críticos em relação às condições de moradia. As observações diretas incluíram a documentação fotográfica das condições de moradia e dos arranjos espaciais, bem como a análise das interações entre os diferentes usos do território. Os dados qualitativos e observações foram codificados e analisados, para identificar temas e padrões emergentes relacionados às dinâmicas territoriais e sociais, junto das informações demográficas e econômicas.

Em relação às fontes primárias, realizaram-se diálogos com 10 moradores antigos de cada município, a fim de conhecer a história a partir do olhar daqueles que vivenciaram as mudanças. As conversas foram conduzidas com consentimento informado dos participantes.

Os resultados estão apresentados por meio de estatística descritiva, com o uso de tabelas, mapas, fotos e discussão textual, sempre com o objetivo de ilustrar os ambientes, eventos e circunstâncias observadas. Esta investigação, portanto, não se baseia em uma estrutura ou corpus disciplinar específico, com um campo teórico e objeto científico bem delimitados, mas, essencialmente, em uma metodologia ou procedimento empírico, com larga tradição na Geografia Humana.

### **Conceituação de cidade pequena e categoria de análise**

A cidade pequena, normalmente inserida em cadeias produtivas que contribuem para a interiorização do país, é um fenômeno urbano importante no Brasil desde o contexto agroexportador colonial. O Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) define-a como uma povoação urbana dependente da movimentação da economia rural e do comércio local, cujo contingente populacional não supera 100.000 habitantes.

Para Roberto Corrêa (2011), o fator determinante para definir a cidade pequena, cujo núcleo urbano geralmente conta com menos de 20.000 ou 30.000 habitantes, é a detenção da função político-administrativa, associada às características econômicas relacionadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços, articulada a centros maiores ou deles dependentes. Podem, ainda, incorporar atributos que as caracterizam como centros zonais ou subcentros, sem ultrapassar os limites do que se entende como cidade média e evitando reducionismos dimensionais (Silva; Bernardelli, 2019). Trata-se de realidades em constante transformação, onde ocorre uma junção de trajetórias sociais e naturais (Massey, 2008), fazendo desses espaços uma constelação para novas abordagens, não muito destoantes das utilizadas nos estudos das metrópoles, mesmo que alguns autores insistam na dicotomia de cenários geográficos: cidade grande x cidade pequena (Mendonça, 1998).

A categoria em análise é o território usado, ou o “espaço historicizado” que, para Milton Santos, ganha corpo nas noções de território-abrigo e território-recurso. O território-abrigo, como “quadro de vida” de um grupo social e seu entorno ambiental, leva em consideração aspectos emocionais e identitários, enquanto o território-recurso se refere às questões econômicas e estratégicas (este seria o território utilizado pelas empresas). Em sua totalidade, o território carrega atributos do passado e do presente, e suas configurações atuais são moldadas pelas características e influências históricas, refletindo, portanto, processos ocorridos ao longo do tempo (Santos, 2006).

Desse modo, além de abrigo, o território é a parcela da superfície terrestre na qual se desenvolvem as tecnologias de produção e circulação, que são transmutáveis, dinâmicas e desiguais, inerentes às ações executadas nas dimensões da complexidade organizacional (Suertegaray, 2003). Ocupado e delimitado por seus agentes usuários, é onde se exteriorizam as relações estabelecidas

entre espaço e poder e, também, na condição pós-moderna, onde surge uma nova imposição espaço-temporal, sobretudo a partir da diminuição das distâncias (Harvey, 1992; Harvey, 2005).

Na constelação de abordagens territoriais em curso, a maioria busca captar a dimensão complexa, hiperdialética e integral que o conceito implica. Em países europeus como Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, assim como em toda a América Latina, o território ganhou destaque como um conceito analítico que se estendeu ao âmbito das disputas políticas e mobilizações culturais.

Na América Latina, por exemplo, o conceito de território é amplamente utilizado para destacar o caráter crítico, denso e conflituoso de um contexto geográfico e de seus agentes, envolvendo poder, legitimidade, arranjos políticos e diversos conflitos. Esse enfoque é pertinente para o objetivo deste trabalho, que se propõe a refletir sobre os condicionantes históricos e os processos atuais relacionados à produção do espaço nas pequenas cidades, considerando as velhas e novas urbanidades, bem como suas ruralidades intrínsecas.

### **Formação dos núcleos urbanos de Arari e de Vitória do Mearim**

A formação dos atuais municípios de Arari e de Vitória do Mearim encontra suas origens documentadas em 1723, quando o padre José da Cunha d'Eça, fidalgo da casa real e Capitão-Mor da Capitania do Maranhão, doou meia légua de terras para imigrantes açorianos, onde hoje se situa o povoado rural Curral da Igreja, em Arari (Marques, 1870; Batalha, 2002; Fernandes, 2008; Bezerra, 2014).

A Vila do Mearim foi elevada à categoria de distrito, com denominação homônima, pela Resolução de 19 de abril de 1833. Arari passou à categoria de distrito apenas em 1858, pela Lei Provincial nº 465, de 24 de maio daquele ano. O adensamento populacional ocorreu primeiro em Arari, que se tornou município em 1864, conforme a Lei Provincial nº 690/1864. Vitória do Mearim alcançou a condição de município em 1924, por meio da Lei Municipal nº 1.129/1924 (IBGE, 2020).

Os sítios urbanos dos municípios de Arari e de Vitória do Mearim estão situados em áreas de deposição fluvial às margens do rio Mearim. A urbanização e a ampliação física das cidades eram pouco expressivas até os anos 1950, mas esse quadro foi abruptamente alterado nas décadas seguintes pelos processos de industrialização e modernização.

As instabilidades e incertezas da economia agrária maranhense, no final do século XIX, fizeram com que muitos latifundiários desistissem da agricultura e investissem seu capital na instalação de indústrias e comércios nas cidades, muitos deles migrando para centros regionais previamente estabelecidos. Essa crise, que persistiu na primeira metade do século XX, permitiu que os fazendeiros latifundiários dividissem suas terras e as vendessem por valores baixos, resultando em um aumento de propriedades entre 5 e 50 hectares até a década de 1950 (Canedo, 2008). Essa partilha, por um lado, propiciou o desenvolvimento da agricultura familiar; por outro lado, em relação ao perfilamento societário, levou donatários, latifundiários e detentores de grandes fazendas e rebanhos do passado a se tornarem banqueiros, republicanos e monopolistas das redes de comércio.

Na década de 1960, para reaquecer e ampliar as atividades agrícolas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) lançou um programa de doação de terras no Maranhão, trazendo lavradores de outros estados do Nordeste, sobretudo do Ceará e de Pernambuco. Seduzidos pela possibilidade de escapar da seca e da extrema pobreza, migravam com suas famílias para o interior maranhense. A adoção dessa estratégia pela SUDENE não se refletiu em desenvolvimento produtivo, pois as práticas agrícolas continuavam a ser empreendidas de maneira tradicional, mas gerou instabilidades e olhares desconfiados dos maranhenses em relação aos recém-chegados (Canedo, 2008).

Para seguir as tendências internacionais de produtividade, o Governo Federal passou a incentivar o estabelecimento de grandes empreendimentos agropecuários e de monocultura, além de direcionar agroindústrias para algumas cidades. Essas mudanças foram orientadas pela Teoria da Modernização que, pelo menos na

Escola Norte-Americana de Sociologia da época, considerava subdesenvolvidos os modos de produção tradicionais (Bernstein, 1996, p. 197).

Alinhando-se às perspectivas do Governo Federal e tendo como mote a modernização pelo uso racional da terra, o então governador do Maranhão, José Sarney, promulgou, em 1969, a chamada Lei de Terras do Maranhão, formalmente conhecida como Lei Estadual nº 5.709/69 (Canedo, 2008). A nova legislação converteu todas as terras devolutas em patrimoniais e permitiu sua venda pelo Estado, embora muitas já fossem ocupadas por lavradores camponeses, o que gerou e agravou conflitos sobre sua posse (Andrade, 1984; Barbosa, 2013).

Em 1976, a aplicação da Lei Sarney foi reforçada pela criação da Lei Federal nº 6.383/76, conhecida como Lei da Ação Discriminatória que, ao tratar dos processos discriminatórios relacionados à aquisição das terras devolvidas à União, ampliou a regulamentação do latifúndio e da grilagem (prática ilegal de apropriação de terras mediante a falsificação de títulos) (Canedo, 2008).

A maneira como as terras eram requeridas ou compradas do Estado (nação) excluiu a maior parte dos lavradores, especialmente aqueles analfabetos, que desconheciam os trâmites dos editais e tinham dificuldades em acessar o guichê público para se provarem donos da terra. Dessa forma, favoreceu-se a ampliação da tomada de terras por certos grupos, com a conivência dos cartórios locais.

Os processos de grilagem e tomada injusta de terra foram tão intensos, que foi possível, conforme destacado por Asselim (1982) *apud* Barbosa (2013, p. 116), identificar a reponsabilidade dos diferentes agentes na expropriação dos camponeses: 1) grupos econômicos e políticos, agindo sob a proteção dos órgãos de segurança da ditadura militar, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informação (SNI); 2) testas de ferro, envolvidos no planejamento e na organização da grilagem; 3) servidores públicos ou autoridades, determinados a cumprir certas tarefas ordenadas pelo regime; 4) instituições e

funcionários, aliados aos testas de ferro; 5) limpadores de área, incumbidos de expulsar de suas terras os posseiros/ocupantes.

A promessa de terras públicas vendidas sem pregões e correção monetária atraiu fazendeiros e grupos empresariais do Sul do Brasil para os municípios de Arari e de Vitória do Mearim. Os empresários cujas ações discriminatórias na aquisição de terras, ainda que reconhecidas judicialmente, não tiveram suas concessões escrituradas até os primeiros anos da década de 1980, recorreram ao auxílio de grileiros para garantir a posse dos terrenos, muitas vezes pagando quantias significativas (Barbosa, 2013).

Nesse contexto, a estratégia do Estado para inserir o Maranhão no circuito da economia brasileira, durante os anos 1970, abrangeu de fato as terras devolutas, mas também as terras ocupadas pelos pequenos lavradores tradicionais, geralmente descendentes de índios, negros quilombolas, migrantes e imigrantes mais pobres (Pedrosa, 1999). Por não deterem o título de posse perante os órgãos públicos, esses grupos historicamente desfavorecidos foram repelidos de suas terras. Não se tratou, portanto, de um simples processo espontâneo de aquisição de terras devolutas, mas da compra de terras cuja ocupação pelo campesinato, embora exígua, se processava há pelo menos dois séculos (Andrade, 1984; Barbosa, 2013).

A expulsão dos camponeses contribuiu para a desarticulação da precária agricultura familiar, que foi substituída por rebanhos e monoculturas, sobretudo do arroz. Isso manteve a hierarquia social e gerou mais conflitos entre posseiros, tanto entre eles mesmos, quanto com os 'representantes da modernidade' (Pedrosa, 1999). Essas situações podem ser melhor visualizadas a partir dos relatos de alguns moradores antigos da cidade de Arari:

Os donos das terra cercava! Eles cercava tudo. Aí, ia no cartório, dizia que era deles. Não tinha o que fazer, era juntar as tralha e sair. Sem a terra, as pessoa ia pra cidade. Depois, as máquinas fazia tudo e muita gente foi pras firma, pra lugar longe, as vez voltava, as vez levava outros da família. (Salomão Ericeira, nascido em Arari em 1938)

O arroz mecanizado jogou as pessoas pras firmas e pras favelas, pra lugar que ninguém devia morar. A agricultura mecanizada só serve pra duas pessoas: pra quem tem a máquina e pra quem dá o insumo. (...) Eu não queria isso pro meus filhos, foi o jeito foi sair (...) pra buscar outro lugar, tentar continuar, caçar outra coisa pra poder viver. (José Pereira, nascido em Arari em 1947)

No cerne da questão fundiária, o arranjo de distribuição de terras e de condições de trabalho foi amplamente desigual. À concentração fundiária se somaram outros elementos que muito contribuíram para o abandono do meio rural e a legitimação de uma orientação para a economia monocultora: carência de políticas públicas para os camponeses, pouco incentivo para a atividade, insuficiência de infraestrutura, dificuldades no abastecimento de água, equipamentos públicos precários, falta de assistência de saúde, setor educacional praticamente inexistente, além de baixos salários, subemprego e desemprego. O Estado deu preferência ao modelo de agricultura científico-globalizada, criando um ambiente rural instável, perverso, conflituoso e excludente (Santos, 2006). Essa condição serviu como motor para o esvaziamento do campo nos municípios de Arari e de Vitória do Mearim, assim como em grande parte do Maranhão.

A partir da expropriação/expulsão dos camponeses e daqueles que buscavam melhores condições de vida, os movimentos populacionais que partiram de Arari e de Vitória do Mearim tomaram como principais direções: 1) o oeste, o sudoeste e o sul do Maranhão, onde os migrantes atuavam diretamente na expansão das fronteiras agrícolas (Hoefle, 2013); 2) os povoados próximos, onde a grilagem e outros conflitos pela posse da terra ainda não haviam chegado, áreas, porém, de solos menos férteis e desinteressantes para os grandes empreendimentos (movimento rural-rural); 3) a zona urbana das cidades de Arari e de Vitória do Mearim e de outras próximas (rural-urbano); 4) os centros regionais que exerciam atração para mão de obra, como Itapecuru Mirim, Caxias, Imperatriz, Açailândia, incluída a capital, São Luís (contribuindo para sua metropolização); 5) cidades de outros estados, como Belém (PA), Marabá (PA), Serra dos

Carajás (PA), Fortaleza (CE) e até mesmo São Paulo (SP), em busca de trabalho.

Nos municípios de Arari e de Vitória do Mearim, a expansão da monocultura do arroz e o crescimento da pecuária, sob a lógica do agronegócio (*agribusiness*), utilizaram-se dos latifúndios e da força do capital para se manterem hegemônicos. Essas atividades, no entanto, refletiram uma modernização conservadora, com incentivo do Estado por meio de agências de fomento, e estiveram intimamente relacionadas às mudanças territoriais ocorridas na região centro-norte do Maranhão.

## Redistribuição espacial da população em Arari e Vitória do Mearim

A urbanização ocorreu, principalmente, por fatores repulsivos e se intensificou a partir do final dos anos 1980, mantendo-se crescente desde então. No município de Arari, a população urbana passou a ser predominante em relação à rural em 1991, enquanto em Vitória do Mearim os residentes no meio rural ainda são mais numerosos do que os da cidade, com crescimento sustentado desde a década de 1970 (Tabela 1).

**Tabela 1:** Características do local de residência.

Ano	Arari			Vitória do Mearim		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1940	4.019	6.940	10.959	1.245	18.636	19.881
1950	3.766	9.468	13.234	1.864	27.814	29.678
1960	4.429	11.911	16.340	1.782	26.299	28.081
1970	5.889	11.903	17.792	2.905	31.263	34.168
1980	8.679	13.595	22.274	7.289	43.120	50.409
1991	12.875	11.951	24.826	10.661	39.633	50.294
2000	15.453	10.913	26.366	13.492	16.461	29.953
2010	17.483	11.005	28.488	14.811	16.406	31.217
2023	Não divulgado		29.472	Não divulgado		30.805

Fonte: IBGE

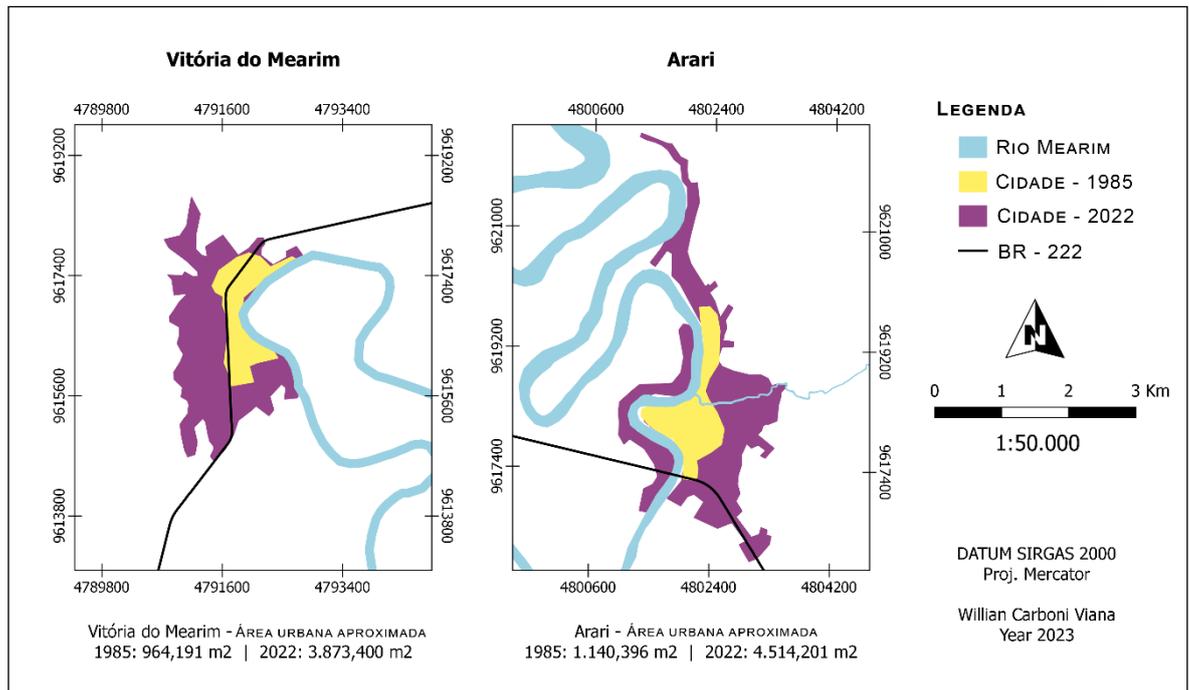
Em Vitória do Mearim, o movimento ruralista da década de 1980 fez com que muitas famílias de camponeses deixassem suas vilas de origem e se concentrassem em outros povoados rurais onde

a grilagem ainda não havia chegado. Com o excessivo aumento populacional, esses povoados organizavam-se em diretórios e solicitavam emancipação política (Burnet, 2016). As primeiras comunidades a passar por esse processo foram as situadas às margens do rio Grajaú, que acabaram por se tornar cidades, devido ao crescimento da população. Esses núcleos urbanos deram origem aos municípios de Bela Vista do Maranhão, Igarapé do Meio e Conceição do Lago Açu (Lei Estadual 6.129/94, Lei Estadual 6.149/94, Lei Estadual 6.431/95, respectivamente). Alguns camponeses migraram para as periferias da sede municipal para se juntar aos seus familiares, e outros foram para Arari, Bom Jesus das Selvas, Santa Inês, Cajari e até mesmo para fora do Maranhão.

Na cidade de Vitória do Mearim, os primeiros bairros a receber um maior número de pessoas do campo foram Novo, Santa Mônica, Vila União, Reginaldo e o Conjunto Habitacional do Hélio (COHAB). Esse movimento ocorreu de forma mais acentuada entre o final dos anos 1980 e durante a década de 1990. Em Arari, a primeira área de expansão urbana, após 1985, foi o bairro das Malvinas, que passou a ser ocupado por famílias vindas dos povoados do próprio município e de cidades vizinhas, como Viana, Miranda do Norte e também Vitória do Mearim. Nos primeiros cinco anos da década de 1990, surgiram os bairros Roseana Sarney e Tamarindeiro, e em 1998, foi criado o bairro Habitar Brasil, fruto do Programa Habitar Brasil - Morar Melhor, implantado no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A desapropriação dos terrenos na época ficou a cargo da prefeitura de Arari. Já nos anos 2000, foi criado o bairro Maestro Gonçalves (popularmente chamado de Bairro 13) (Viana, 2022a).

Dentre as formas de expansão urbana, observadas no Brasil e descritas por Japiassú e Lins (2014), destaca-se, em Arari e Vitória do Mearim, a ampliação da mancha urbana existente, circundando os núcleos iniciais e formando as periferias, que incluem áreas baixas e alagáveis durante o período chuvoso do ano. As manchas urbanas das duas cidades triplicaram de área em pouco mais de 35 anos, entre 1985 e 2022 (Figura 2).

Figura 2: Área de expansão da mancha urbana em Arari e Vitória do Mearim.



Fonte: Autoria própria

O êxodo rural provocou o deslocamento das pessoas do campo para as áreas circundantes aos núcleos iniciais, onde se instalaram em condições precárias de moradia, a maioria em casas de barro e palha. O crescimento desordenado possibilitou que famílias em situação de vulnerabilidade ocupassem espaços reduzidos e sem regularização fundiária, com pouca ou nenhuma mobilidade, num processo análogo à favelização.

O tamanho dos lotes urbanos variava de quatro a sete metros de fachada, com oito, nove ou dez metros de profundidade e, nas áreas mais distantes do centro da cidade, reduzido a quatro metros de fachada por cinco metros de fundo. Portanto, não havia um padrão definido. Em relação aos preços, durante a década de 1990 até o início dos anos 2000, lotes inteiros eram vendidos por cerca de dez reais. Isso mudou drasticamente ao longo da primeira década dos anos 2000, principalmente devido à especulação imobiliária, que foi compelindo o acesso de pessoas mais pobres a áreas mais distantes e sujeitas a alagamentos sazonais. Os lotes mais caros da cidade estão localizados no centro, onde muitos empresários locais adquirem propriedades para locação e venda futura (Viana, 2022b).

A iniciativa privada foi a principal responsável pelo loteamento de terrenos na periferia, e os primeiros bairros surgiram com base no mesmo modelo de ocupação utilizado no final dos anos 1980 e durante a década de 1990: geralmente um empresário, declarando-se dono da terra, fazia a divisão dos lotes e os vendia. Atualmente, a iniciativa privada se consolidou como o principal agente promotor da expansão urbana, incluindo a venda de lotes por particulares (Viana, 2022a).

Em 2006, o Plano Diretor das cidades de Arari e de Vitória do Mearim (Lei Municipal 011/2006 e Lei Municipal 286/2006, respectivamente) estabeleceu os limites mínimos para os lotes urbanos: dez metros de fachada por vinte metros de fundo. No entanto, nem essa, nem outras diretrizes básicas previstas nos documentos foram efetivamente implementadas.

A expansão da cidade não foi acompanhada pela ampliação de serviços e infraestrutura pública, resultando em sobrecarga nos sistemas de saneamento básico (Bastos *et al.*, 2023). O abastecimento de água encanada, por exemplo, apesar das melhorias implementadas nos últimos dez anos, ainda não consegue atingir toda a área urbana, submetendo os moradores das áreas mais distantes do centro a um corte diário de fornecimento após as 16 horas, bem como em muitos domingos, devido à manutenção das bombas instaladas no rio Mearim. Quanto aos loteamentos, proprietários de terrenos, empresários ou particulares, realizam a divisão dos lotes, com pouco planejamento, e os vendem, muitas vezes de forma parcelada. Cabe à prefeitura, então, agir para fornecer serviços e infraestrutura, quando a área loteada alcança um número considerável de moradias.

O encarecimento dos lotes urbanos nos últimos vinte anos tem dificultado o acesso à terra por parte da população de baixa renda, potencializando a ocupação em áreas impróprias para o estabelecimento de moradias. Esse fator, somado à falta de atuação do poder público, coloca grande parte da população em situação de vulnerabilidade.

A ocupação nas faixas mais periféricas, banhadas e em áreas de pântano adota o método de 'jirau', que consiste na construção

sobre estacas, para que a casa fique acima do nível máximo das águas, prevendo-se a sazonalidade das cheias. Algumas residências incorporam comportas nas entradas, enquanto outras erguem muros ao redor para conter o avanço das águas. Além das casas de alvenaria, popularizadas nos anos 2000, há moradias feitas de barro, palha, madeira, policloreto de vinila (PVC) e até mesmo as que têm apenas uma lona plástica como parede (Figura 3). Os métodos utilizados de construção, desenvolvida socialmente, respondem às imposições ambientais e às limitações econômicas das famílias menos favorecidas.

**Figura 3:** Residência situada no bairro Tamarindeiro, periferia de Arari, feita em estrutura de madeira, coberta por telha de fibrocimento e com paredes de lona plástica, resistindo ao alagamento de 2021.



Fonte: Registro de campo

Culturalmente, as pessoas que vieram do meio rural não abandonaram seus costumes, trazendo consigo seus modos de vida. Isso pode ser observado rotineiramente na criação de galinhas e patos, assim como de cavalos, jumentos e gado de corda, que pastam nas beiras das estradas, jardins e quintais das casas.

A urbanização sem planejamento resultou na ampliação física da cidade de Arari sobre áreas de risco, alagáveis, determinadas por zonas baixas formadas por solos hidromórficos, o que pode ser observado nos bairros Tamarindeiro e Conjunto Habitar. Tanto a cidade de Arari quanto a de Vitória do Mearim estão situadas em

áreas com alto a muito alto risco de suscetibilidade a enxurradas e alagamentos (CPRM, 2023) (Figura 4).

**Figura 4:** Residências situadas em área alagada no bairro Tamarindeiro em 2021



Fonte: Registro de campo

Os vetores de crescimento da cidade têm ampliado as áreas dos bairros Cabana do Boi, Tamarindeiro, Conjunto Habitar e Coreia, fazendo com que se tornem áreas críticas de adensamento populacional. Em Vitória do Mearim, o processo ocorre com a ampliação nas direções sul e leste, esta última, paralela à BR-222 e ao igarapé Puraquéu. Os bairros onde a urbanização recente tem se solidificado representam as áreas mais vulneráveis, criminalizadas e concentradoras de pobreza e de pontos de tráfico de drogas.

## Considerações finais

Até meados do século XX, o estabelecimento dos núcleos urbanos era direcionado pela rede de comércio e circulação de mercadorias. Arari e Vitória do Mearim tiveram sua origem no avanço da colonização, baseado principalmente na agricultura e na criação de gado nas extensas planícies fluviais do rio Mearim. Seu desenvolvimento inicial foi centrado nas relações comerciais estabelecidas pelos grandes momentos econômicos no âmbito primário-agroexportador. Com a intensificação da modernização do campo, as dinâmicas territoriais passaram por mudanças

significativas. O avanço do capitalismo agrário foi o elemento central para o desencadeamento dos processos de desruralização, migração e consequente ampliação da área urbana, resultando em tensões e conflitos entre latifundiários, empresários e as populações despossuídas.

A expansão urbana, tanto em Arari quanto em Vitória do Mearim, se intensificou a partir do final dos anos 1980. Em Vitória do Mearim, ela se dá na direção oeste, entre a BR-222 e o igarapé Puraquéu. Já em Arari, ocorre principalmente para o leste, sobre campos alagáveis e ao longo das margens da BR-222 em direção ao sul, avançando em especial sobre terrenos que englobam os neossolos flúvicos e, particularmente, as várzeas formadas pelos gleissolos, que continuam sendo as áreas mais disponíveis, mas sujeitas a condições ambientais adversas, onde se concentram as famílias menos favorecidas. Esse é um problema crônico, pois enchentes e alagamentos são vivenciados pelos moradores desde a intensificação dos processos de estabelecimento e adensamento de moradias, persistindo até a atualidade.

Uma das alternativas para esse modelo de ocupação seria a elaboração de um amplo mapeamento das áreas mais altas e não alagáveis que favoreçam a ocupação com condições habitacionais mais adequadas, permitindo, dessa forma, minimizar as desigualdades. A partir dessa iniciativa, a implantação de um programa de habitação, por exemplo, poderia beneficiar um grande número de moradores de áreas ocupadas de forma irregular e sujeitas a inundações. A cidade é o palco da vida e das interações cotidianas. Buscar espaços mais justos é uma tarefa em andamento, na qual a ciência geográfica deve estar presente, oferecendo alternativas para combater as desigualdades socioespaciais.

A cidade do século XXI deve ser coerente, dinâmica e fluida, considerando que o dinamismo econômico está justamente nas periferias e nas zonas rurais. O planejamento urbano, portanto, precisa ser inteligente, eficiente, inclusivo e centralizado no Estado. Políticas isoladas e/ou compensatórias não foram e não estão sendo suficientes! No que concerne à gestão territorial, é urgente resolver os diversos problemas econômicos, sociais, ambientais e culturais,

especialmente os relacionados às condições dignas de moradia, com foco na população vulnerável, a fim de possibilitar melhores condições de vida e de reprodução social.

Esta pesquisa tratou de um tema essencial para a existência humana, explorando territorialidades densas, agenciamentos complexos e estratégias significativas que incluem tanto ruralidades quanto urbanidades. A análise das nuances e dos desafios presentes nos municípios de Arari e de Vitória do Mearim buscou contribuir para a compreensão das dinâmicas socioespaciais que moldam as cidades brasileiras, assim como incentivar reflexões sobre a importância do planejamento urbano. Somente com uma abordagem integrada e consciente será possível construir cidades que realmente atendam às necessidades de todos os seus habitantes, promovendo um futuro mais equilibrado e harmonioso.

## Referências

- ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil**: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. Editora Cáritas Brasileira, 1984.
- BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população: caracterização e tendências do caso brasileiro. **Documentos Docentes**, CELADE/CEPAL, 1996.
- BARBOSA, Z. M. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, p. 113-128, 2023. Doi: <https://doi.org/10.7867/2317-5443.2013V1N1P113-128>.
- BASTOS, J. L.; SILVA, A. R.; BASTOS, D. M. F.; VIANA, W. C.; SILVA, E. N.; MACIEL, T. B. S.; RIBEIRO, L. J. B. Análise espaço-temporal das tendências epidemiológicas da Hanseníase em Vitória do Mearim, Maranhão - Brasil (2001-2022). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 16 (9), p. 16418-16434, 2023.
- BATALHA, J. F. **Navegadores do rio Mearim e os marítimos do Arari**. São Luís: Editora Lithograf, 2002.
- BEZERRA, A. **Arari**: espaço e sociedade. Editora do Instituto Perone, 2014.

BERNSTEIN, H. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. ZAHAR, p. 197-201, 1996.

BURNETT, C. F. L.; OLIVEIRA, A.; MELO, J.; DUTRA, L. **Planejamento de gestão de cidades do Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano**. São Luís: Editora UEMA, 2016.

CANEDO, E. V. S. **Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80: a distribuição das terras e atividades agrícolas**. 2ª ed. São Luís: Gráfica e Editora Interativa, 2008.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 30, p. 05-12, 2011.

CPRM. **Mapa de prevenção de desastres: riscos de suscetibilidade para enxurradas**. Disponível em <https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FERNANDES, J. **Gente e coisas da minha terra**. São Luís: Editora Lithograf, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOEFLE, S. W. Colonialismo carbônico na Amazônia? **Revista Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 3, n. 2, p. 19-130, 2013.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1970,1980, 199, 2000, 2010, 2017.

IBGE. **Cidades**. Consultado em 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

MACEDO, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Editora Typ. Frias, 1870.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, F. Dualidade e dicotomia da Geografia Moderna: a especificidade científica e o debate recente no âmbito da Geografia brasileira. **Revista Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 2, p. 153-165, 1998.

MINGIONI, E. **Urbanismo**. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. São Paulo: ZAHAR, p. 782-785, 1996.

PEDROSA, L. A. C. **A luta pela terra no Maranhão**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, P. F.; BERNARDELLI, M. L. F. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 23, n. 1, p. 163-181, 2019.

SUERTEGARAY, D. M. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Revista GEOSUL**, v. 18, n. 35, p. 43-53, 2003.

VIANA, W. C. **O território usado entre manifestações culturais e firmas transnacionais: o caso da territorialidade da monocultura do arroz na região dos Eixos Rodoferroviários – Maranhão (Brasil)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2022a.

VIANA, W. Dos processos históricos de povoamento às transformações recentes na cidade de Arari - Maranhão. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 12, p. e02205, 2022b.

VIANA, W.; QUEIROZ, L. A. Integração da América Latina na economia internacional. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 42, p. 192-205, 15 ago. 2023. Doi: <https://doi.org/10.29327/253484.1.42-11>

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## Contribuição dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor, Willian Carboni Viana, ficou responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados, interpretações, análises e outros procedimentos. O segundo autor, Ademir Terra, pela contribuição teórico-teórico-conceitual, interpretações, análises e outros procedimentos.

**Willian Carboni Viana**, Doutor em Geografia (Geografia Humana) pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Atualmente é Professor Substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre e Professor no curso modular de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas. Realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, é pesquisador colaborador do laboratório Paulo Duarte da Universidade Estadual de Campinas, do Geoeconomic Laboratory Of South America Institute - GeoLab e do Instituto Histórico e Geográfico de Arari - IHGA. Membro do grupo de pesquisa de Métodos Físico-Matemáticos e Estatísticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Possui experiência nas áreas de Geografia Econômica e Social, Cartografia e Patrimônio Cultural; desenvolvendo pesquisas relacionadas a agricultura mundializada.

**Ademir Terra**, Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão; Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão; Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, Epistemologia da Geografia, Evolução do Pensamento Geográfico, Teoria e Método da Geografia e Análise Territorial atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia, Questão Agrária, Campesinato, Território, Movimentos Sociais do Campo e Comunidades Tradicionais.

Data de recebimento: 04 de dezembro de 2023

Aceite: 23 de julho de 2024

Publicação: 22 de outubro de 2024